



PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Rafael Almeida Jatahy Ferreira

RESUMO

A luta pelo direito à participação política foi, no início do século passado, uma das principais bandeiras do movimento feminista. Passados mais de setenta anos que o direito à participação política foi conquistado pelas mulheres brasileiras, a presença feminina nos cargos eletivos continua muito inferior a dos homens. Assim, o último passo dado no sentido da ampliação da participação das mulheres no cenário político foi o estabelecimento de cotas para mulheres nas listas de candidatos dos partidos políticos. O presente trabalho pretende analisar esta medida a partir das relações que Axel Honneth estabelece entre a conquista de direitos e a luta por reconhecimento.

Palavras-chave: Ação Afirmativa de Gênero. Democracia. Reconhecimento.

ABSTRACT

The struggle for political rights was, throughout the first decades of the twentieth century, one of the most significant claims of the feminist movement. More than seventy years past the conquest of political rights by Brazilian women, the feminine participation in the Parliament remains much inferior. Therefore, the last step taken in an effort to enlarge the women's participation on the political scene was the establishment of affirmative actions in order to destine positions for women on political parties' candidates lists. The present work intends to analyse this public goal through the relations that Axel Honneth establishes between the conquest of rights and the struggle for recognition.

Keywords: Gender Affirmative Action. Democracy. Recognition.



As mulheres constituem um pouco mais da metade da humanidade. Entretanto, sua participação na vida política é bem menor que a dos homens em todo o mundo. Obviamente, esta diferença possui origens sociais, uma vez que a história do ocidente é marcada por séculos de discriminação contra a mulher, tanto dentro do núcleo familiar quanto nas demais esferas, como a social e política. Tal discriminação pode ser entendida como:

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, do direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (VILAS-BÔAS, 2003, p.70).

Com a ascensão da burguesia, os ideais de liberdade e igualdade política passam a se espalhar pela Europa e o restante do mundo. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão surge neste contexto afirmando que todos os homens nascem livres e que são iguais perante a lei. Torna-se necessário observar que nesta Declaração a palavra “homem” não quer dizer “pessoa” ou “ser humano”, seu sentido é bem específico, significa o ser humano do sexo masculino. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade só se aplicavam aos homens. As mulheres continuavam, pela lei, desiguais e impedidas de participar da vida política e de vários outros atos da vida civil.

Assim, boa parte dos Iluministas do século XVIII, que lutavam contra a monarquia absolutista e a nobreza, denunciando os privilégios de nascença, não conseguiram se livrar dos antigos preconceitos contra a mulher (VILLAS-BÔAS, 2003, p.70).

Mesmo assim, durante a Revolução Francesa, em 1789, as mulheres tiveram importante participação ao lado dos homens na luta contra a aristocracia. Isso fez com que elas aproveitassem o momento para lutar por sua igualdade. Desta maneira, junto à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, surge, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de autoria da dirigente política francesa Olympe de Gouges.

Ela afirmava que se a revolução havia abolido os privilégios feudais, deveria fazer o mesmo com os do sexo masculino (TOLEDO, 2001, p. 75). Em um dos trechos da Declaração fica clara a idéia de emancipação da mulher:



A mulher nasce livre e mantém-se igual ao homem, no direito. O princípio da soberania reside na nação, ou seja, na reunião dos homens e das mulheres. Todas as cidadãs e todos os cidadãos – iguais diante da lei – devem ser igualmente admitidos em todos os postos e empregos públicos, segundo a sua capacidade, sem outra distinção que não seja a sua virtude ou seu talento. A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve Ter o direito a subir na tribuna (TOLEDO, 2001, p. 40).

Infelizmente estas reivindicações presentes na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã não surtiram o efeito desejado e Olympe de Gouges foi condenada à guilhotina em novembro de 1793.

No século XIX, o processo de industrialização e consequente urbanização começaram a modificar a relação da mulher com a sociedade. A grande indústria necessitava da mão-de-obra feminina, fazendo com que o trabalho da mulher passasse a ter importância na produção social. Ainda, o trabalho feminino nas fábricas trouxe outras consequências: as mulheres começaram a se organizar para lutar por seus direitos e alguns velhos conceitos sobre mulher começaram a ser revistos (TOLEDO, 2001, p.40).

Como colocamos, uma das principais bandeiras políticas da burguesia na luta contra a aristocracia feudal era a igualdade de todos perante a lei e o sufrágio universal. Entretanto, esse direito de votar e ser votado foi limitado apenas aos integrantes do sexo masculino, desta forma, a luta feminina de maior projeção foi pelo direito a participar ativa e passivamente do processo eleitoral.

O movimento sufragista feminino foi iniciado nos Estados Unidos entre o final do século XIX e o início do século XX, se espalhando rapidamente pelos países industrializados da Europa. No início, este movimento foi de grande enfrentamento, com manifestações, assembleias e greves, mas, em contra partida, houve repressão da polícia, resultando na prisão e morte de várias mulheres. Além da repressão física, houve a repressão moral por parte da sociedade patriarcal, que não aceitava a emancipação feminina (TOLEDO, 2001, p. 70).

A luta pelo sufrágio feminino no Brasil se iniciou na década de vinte, inspirado na conquista do direito ao voto pelas mulheres em alguns países da Europa após a I Guerra Mundial.

A liderança desse movimento era constituída basicamente de mulheres profissionais, como médicas,



advogadas, funcionárias públicas e professoras. A bióloga

Bertha Lutz era a grande líder do movimento. Sua inspiração veio do movimento sufragista Europeu, uma vez que fez sua graduação na França (TOLEDO, 2001, p. 75).

Após anos de pressão sobre o parlamento, em 1932 o governo de Getúlio Vargas incluiu o direito das mulheres de votar e serem votadas no Código Eleitoral e posteriormente na Constituição de 1934 (SILVA, 1998, p. 354). Desta forma, o Brasil tornou-se o quarto país do continente Americano a conceder os direitos políticos ativos e passivos às mulheres, seguindo o Canadá, os Estados Unidos e o Equador. Entretanto, essa conquista não foi suficiente para que as mulheres superassem o processo de exclusão, já que a participação feminina na política nacional continuava insignificante (TOLEDO, 2001, p. 79).

Até a década de setenta esse quadro não sofreu muitas modificações. Somente a partir da década de oitenta o quadro da participação política da mulher começa a ser modificado, uma vez que neste período observa-se: a definitiva inserção das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do contingente feminino

nos cursos superiores, a redemocratização do país e a reorganização dos movimentos sociais. Ou seja, as mulheres passaram a ampliar sua participação nas esferas de poder, organizando-se politicamente.

Mesmo assim, continuava havendo um enorme desequilíbrio entre homens e mulheres no Poder Legislativo Brasileiro. Tal diferença, evidentemente, era fruto de séculos de discriminação sobre a mulher. Por exemplo, em 1998, antes da introdução das cotas, o percentual de mulheres parlamentares no Brasil nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), girava em torno de 6,2% (IPU, 1997).

Desta forma, visando a busca pela igualdade de fato entre os homens e mulheres na participação política foi sancionada em 1995 a Lei 9.100. Esta norma previa que 20%, no mínimo, dos candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações para eleições proporcionais deveriam ser do sexo feminino. Posteriormente, a Lei 9.504 de 1997 aumentou o percentual das cotas para 30%:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher.

(...)



§ 3.º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Assim, O presente trabalho tem como objetivo a análise da utilização dessa medida, que visa aumentar o número de mulheres dentro do Poder Legislativo, sob a luz da teoria sobre a luta pelo reconhecimento de Axel Honneth. Ressalta-se que nos limitaremos a fazer uma análise teórica do tema, não pretendemos realizar um debate acerca da efetividade ou não dessa medida.

AXEL HONNETH E A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Como afirmado anteriormente, objetivamos nesta parte analisar a teoria de Axel Honneth com o intuito de observarmos se a luta pela ampliação da participação política da mulher é um tipo de luta por reconhecimento.

Partindo das obras de George Mead e Hegel, Honneth defende que a reprodução da vida social se dá por meio do reconhecimento recíproco, visto que “os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais” (2003, p. 155).

Existe ainda um elemento dinâmico. O imperativo de um reconhecimento recíproco, no processo da vida social, opera como uma coerção normativa fazendo com que os indivíduos sejam obrigados a quebrar gradualmente os limites do conteúdo do reconhecimento recíproco, uma vez que “só por esse meio eles podem conferir uma expressão social às pretensões de sua subjetividade, que sempre se regeneram” (HONNETH, 2003, p. 155). Percebe-se, desta maneira, que o processo de individualização está intimamente ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo.

Esta formação da individualização pelo reconhecimento recíproco se daria por meio de três esferas distintas: a esfera emotiva, representada pelo amor; a esfera jurídico-moral, o direito; e a esfera da estima social, que seria a solidariedade

De acordo com Honneth, somente nas duas últimas existe a possibilidade da luta pelo reconhecimento ganhar contornos de um conflito social, uma vez que a privação de direitos e a degradação de formas de vida podem levar a uma



tensão moral que leve a formação movimentos sociais. Por esse motivo, iremos nos ater apenas às esferas jurídica e da estima social, já que, nitidamente, os conflitos envolvendo a questão da participação política da mulher são coletivos e formadores de movimentos sociais.

A esfera jurídica envolve uma relação de reconhecimento, tendo em vista que só temos a compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando entendemos que temos algumas obrigações a serem observadas em face das outras pessoas, nas palavras de Axel Honneth:

[...] apenas na perspectiva de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos no entender também como pessoas de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2003, p. 179).

Tal forma de reconhecimento, baseada no respeito mútuo, é fruto de uma evolução histórica, pois somente na modernidade passa a vigorar a idéia de um direito universal, que possui seus fundamentos em um acordo racional acerca de normas controversas. O sistema jurídico, na modernidade, é expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, não admitindo mais exceções e privilégios (HONNETH, 2003, p. 181).

Honneth afirma que este princípio universalista acaba com uma visão tradicional e passa a permitir uma separação entre direito e status social. Em outras palavras, no chamado “reconhecimento jurídico”, toda pessoa deve ser respeitada em relação aos seus direitos pelo simples fato de ser um ser humano, independentemente de seu caráter, realizações ou pelo papel que cumpre na sociedade (HONNETH, 2003, p. 183).

Assim, com a introdução da idéia de um direito universalmente válido, que deve ser aplicado de maneira a impedir privilégios, garantindo a igualdade, as relações jurídicas modernas constituem um espaço onde pode ocorrer a luta pelo reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 186).

Tal concepção universalista da esfera jurídica faz com que seja criada uma expectativa normativa na qual todo indivíduo espera que todos seus direitos sejam garantidos e respeitados por todos os outros membros da sociedade. Uma vez que essa expectativa é quebrada, ou seja, quando há uma denegação do reconhecimento, abre-se uma possibilidade de confrontos, de uma “luta pelo reconhecimento”, que representa os “conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do status de uma



pessoa de direito” (HONNETH, 2003, p. 194).

Honneth irá defender, ainda, que a exigência de ser um membro com igual valor na sociedade serviu como base para a ampliação dos direitos fundamentais, com a imposição de cada nova classe de direitos fundamentais, como os direitos políticos de participação e os direitos sociais de bem-estar:

A institucionalização dos direitos civis de liberdade inaugurou como que um processo de inovação permanente, o qual iria gerar no mínimo duas novas classes de direitos subjetivos, porque se mostrou repetidas vezes na seqüência histórica, sob a pressão de grupos desfavorecidos (HONNETH, 2003, p. 192).

A questão da luta travada pelas mulheres pela participação política no início do século XX e a atual ação afirmativa (que procura ampliar o número de mulheres na representação parlamentar) podem servir como exemplos dessa luta pelo reconhecimento que Honneth descreve.

De fato, as leis que até o início do século XX proibiam a participação feminina na política eram símbolos do desrespeito à metade da população. A expectativa de que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que devem ter os mesmos direitos – inclusive o direito de participar da vida política da sociedade – serviram de base para o movimento feminista reivindicar a participação política. Da mesma forma, a lei que estabelece cotas para mulheres em partidos políticos visa aumentar a participação política das mulheres diretamente no parlamento. A igualdade formal, qual seja a possibilidade de se candidatar a cargos eletivos, não é mais o suficiente. A luta pelo reconhecimento identificada nas cotas representa um ato de protesto ao desrespeito à capacidade das mulheres para o exercício de cargos públicos.

Desta maneira, a questão do preconceito contra as mulheres não envolve apenas o reconhecimento jurídico, mas também abarca a luta pelo reconhecimento na terceira esfera estabelecida por Honneth, a de uma “estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198).

Diferentemente do reconhecimento jurídico, que presa por propriedades universais de sujeitos humanos, a estima social é aplicada às propriedades particulares que caracterizam as pessoas em suas diferenças (HONNETH, 2003, p. 199). O mesmo processo que modificou as expectativas normativas em relação aos direitos individuais também trouxe modificações para o reconhecimento social.



A modernidade teria quebrado a noção de que a estima social de um indivíduo estava ligada ao estamento ou grupo social ao qual pertencia. “Agora o indivíduo não precisa mais atribuir a um grupo inteiro o respeito que goza socialmente por suas realizações conforme os standards culturais, senão que pode referi-lo a si próprio” (HONNETH, 2003, p. 210).

Este “estado pós-tradicional de solidariedade social” une a experiência da estima social com uma confiança emotiva na demonstração de realizações ou na posse de qualidades que são reconhecidas como valiosas, causando, desta maneira, um sentimento de auto-estima.

Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetos que nos são comuns passam a ser realizáveis (HONNETH, 2003, p. 210).

A luta pelo reconhecimento feminino no caso da participação política pode, desta forma, ser travada dentro da esfera da estima social. O preconceito contra as mulheres faz com que qualquer candidata seja preterida pelo simples fato de ser mulher, ou seja, qualidades negativas socialmente construídas em relação ao gênero feminino acabam obscurecendo qualidades e capacidades individuais de mulheres que se candidatam a cargos eletivos.

Mas como experiências de desrespeito, que são sentidas individualmente, podem se transformar em movimentos coletivos de luta pelo reconhecimento?

Neste ponto, Axel Honneth entende que sua teoria rompe com a sociologia tradicional, principalmente a de matriz utilitarista. Esta última entende que os motivos das revoltas, protestos, rebeliões e revoluções realizadas por organizações da sociedade estão ligados a algum tipo de “interesse”, ou seja, que são fruto da “distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida”. Baseada em novas tendências da historiografia, a teoria de Honneth defende que esses motivos, na verdade, estão ligados a um experiência moral de desrespeito, a uma rede cotidiana de atividades morais emotivas (HONNETH, 2003, p. 255).

Como ressaltado anteriormente, uma luta só se torna social quando seus limites ultrapassam os horizontes das intenções individuais e passam a formar as bases para um movimento de ação coletiva. Assim, o amor, que é a forma mais elementar de reconhecimento, não possui experiências



morais capazes de formar conflitos sociais. Já com relação ao direito e à estima social, o mesmo não acontece:

Em contrapartida, as formas de reconhecimento do direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados, segundo seu modo funcional inteiro; à luz de normas como as que constituem o princípio da imputabilidade moral ou as representações axiológicas sociais, as experiências pessoais de desrespeito podem ser interpretadas e apresentadas como algo capaz de afetar potencialmente também outros sujeitos. Portanto, na relação jurídica e na comunidade de valores, as finalidades individuais estão abertas em princípio para universalizações sociais (HONNETH, 2003, p. 257).

A luta social passa a ser entendida como um processo, que ocorre na prática, no qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências relacionadas a um grupo inteiro. A partir do momento em que há essa passagem, na qual o desrespeito a uma pessoa passa a ser visto como desrespeito a uma parte da sociedade, tal experiência negativa tem a característica de poder servir como motivo de uma ação coletiva na exigência pela ampliação das relações de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257).

Ou seja, as expectativas que estão ligadas na psique à formação da identidade do indivíduo guardam os padrões sociais de reconhecimento que fazem com que a pessoa se sinta respeitada no seu meio social como um ente autônomo e individualizado. Caso essas expectativas normativas venham a ser “desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito” (HONNETH, 2003, p. 258).

Se o sujeito for capaz de articular os sentimentos de lesão dessa espécie num contexto de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos do grupo inteiro, eles podem se tornar a base motivacional para a resistência coletiva.

[...] o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos (HONNETH, 2003, p. 258).

[...] as experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se os motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento



(HONNETH, 2003, p. 259).

Honneth irá acrescentar que tal resistência, fruto da interpretação crítica dos sentimentos de desrespeito partilhados em comum, não serve apenas para reclamar por futuros padrões ampliados de reconhecimento. Assim como o sentimento individual de desrespeito pode se transformar em uma ação coletiva, a ação coletiva pode formar uma experiência positiva de reconhecimento, pois esta consegue tirar o indivíduo da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado.

[...] o engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu auto-respeito perdido, visto que ele demonstra em público exatamente a propriedade cujo desrespeito é experienciado como uma vexação. Naturalmente, aqui se acrescenta ainda, com um efeito reforçativo, a experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do político propicia, fazendo os membros alcançar uma espécie de estima mútua (HONNETH, 2003, p. 260).

Assim, a participação política de mulheres em organizações ou movimentos feministas possui um objetivo positivo antes mesmo da conquista de qualquer uma de suas reivindicações. A própria ação e o debate político dentro desses espaços podem causar uma experiência de reconhecimento que por si só é extremamente positiva e que, conseqüentemente, pode servir como estimulante para a luta pelo reconhecimento em toda a sociedade.

A questão envolvendo a ampliação da participação das mulheres no campo da representação política, como dito anteriormente, foi amplamente debatida no final do século passado, e gerou algumas ações em diversos países, inclusive o estabelecimento de cotas. Tal questão é extremamente complexa tendo em vista que um dos direitos básicos das democracias burguesa, qual seja a igualdade formal na participação política, foi negada às mulheres em boa parte do mundo até a metade do século XX. Assim, essa questão envolve preconceitos que não só foram disseminados na sociedade durante séculos, mas que também estavam presentes na lei. Como muitos outros direitos que são negados pela chamada igualdade formal, buscou-se um meio de intervir no processo eleitoral para que fosse atingida a igualdade material na política.

Como analisado, Axel Honneth defende a idéia de que a luta pelo reconhecimento serve de base para a organização de movimentos coletivos de busca pela igualdade de fato.



De acordo com este ponto de vista, as cotas nas listas partidárias estariam resolvendo tanto um problema de distribuição desigual do poder político, como um problema envolvendo o desrespeito às mulheres.

Na prática, a ampliação da participação das mulheres no poder legislativo demonstra-se responsável pelo aumento do número de projetos de lei relacionados a temas femininos (NASCIMENTO, 2005). Tais propostas envolvem temas relacionados à cidadania, direitos trabalhistas, previdenciários, violência, etc., ou seja, as questões de gênero que englobam não apenas a dimensão político-econômica, mas também dimensão cultural-valorativa, ligada ao reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997. Código Eleitoral e legislação correlata. 3a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Men and Women in Politics: Democracy Still in the Making - A Comparative Study. Series Report and Documents, nº 28, IPU, Genebra, 1997.

NASCIMENTO, Tarciso. A mulher no Parlamento Disponível em: <http://www.congressoemfoco.com.br/edicoes_anteriores/08mar2005/mulheres1.aspx>.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Xamã, 2001.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.